

Um Novo Começo para a Europa



**A New Deal
for Europe**

Índice

<i>Introdução</i>	4
<i>New Deal para a Democracia</i>	5
I. Uma Constituição Democrática para a Europa.....	5
II. Transparência e Governação Aberta.....	5
III. Garantir os Direitos Fundamentais.....	6
<i>New Deal para os Trabalhadores</i>	7
I. Uma Garantia de Emprego.....	7
II. Pacto para os Trabalhadores Europeus.....	7
III. Um Dividendo de Cidadania Universal.....	8
<i>New Deal para a Solidariedade</i>	9
I. Um Programa de Solidariedade.....	9
II. Um Padrão Europeu de Saúde.....	9
III. Estados Gerais da Educação.....	10
<i>New Deal para a Natureza e o Clima e para a Transição Verde Europeia</i>	11
I. Um Programa de Investimento Verde.....	11
II. Um Pacto 2030 para o Clima.....	11
III. Uma Nova Política Agrícola Comum (PAC).....	12
<i>New Deal para a Zona Euro e para as Finanças Públicas da UE</i>	13
I. Uma Reforma Orçamental da UE.....	13
II. Eliminar os Paraísos Fiscais.....	13
III. Reparar o Euro.....	14
<i>New Deal para os Devedores e para o Sistema Financeiro</i>	16
I. Segurança de Habitação Para Todos.....	16
II. Domar as Finanças.....	16
III. Completar a União Bancária.....	17
<i>New Deal para Migrantes, Refugiados e Recém-Chegados</i>	18
I. Um Sistema de Asilo Europeu Comum.....	18
II. Um Programa de Investimento e Integração.....	18
III. Acabar com a Europa Fortaleza.....	19
<i>New Deal para o Comércio e o Papel da Europa no Mundo</i>	20
I. Comércio Justo e Cooperação Económica.....	20

II.	Um Pacto de Paz e Solidariedade.....	20
III.	Um Novo Bretton Woods	21
<i>New Deal Para as Mulheres</i>		<i>22</i>
I.	Salário Igual e um Padrão de Poder	22
II.	Convenção sobre os Direitos Reprodutivos.....	22
III.	Acabar com a Violência e a Discriminação	23
<i>New Deal para a Soberania Tecnológica</i>		<i>24</i>
I.	Construção de Comuns Digitais	24
II.	Governança em Código Aberto (<i>Open-Source</i>).....	24
III.	Fundo Europeu de Inovação.....	25

Introdução

- A Primavera Europeia foi formada para devolver a esperança à Europa.
- O nosso movimento une-se em torno de uma visão da Europa como local de democracia, sustentabilidade, prosperidade e solidariedade.
- Apresentamos esta visão partilhada na forma de um “New Deal” para a Europa.
- Este documento define os princípios, políticas e propostas centrais do New Deal. Cada pilar do programa oferece soluções imediatas para as várias crises europeias: social, económica e ecológica.
- Em conjunto, os pilares oferecem uma visão a longo prazo de um modo de vida sustentável. O nosso New Deal promove um modelo de desenvolvimento que tem em consideração os principais desafios à nossa frente: da escassez de recursos naturais à automação do mercado laboral, passando pela destruição do meio ambiente com poluentes nocivos. A Primavera Europeia compromete-se a apoiar sistemas de produção e fornecimento locais, bem como a preservar o meio ambiente, a herança cultural, o progresso social e os serviços públicos.
- O New Deal oferece uma alternativa em relação à escolha que os europeus têm pela frente - entre a apatia e a raiva, entre a tecnocracia e a autocracia, entre os que defendem a União Europeia tal como ela é atualmente e os que a querem destruir definitivamente.
- Estamos cientes do desafio que é implementar um programa tão ambicioso como o nosso. Mas usaremos a oportunidade oferecida pelas eleições - bem como os nossos mandatos parlamentares - para inspirar os cidadãos europeus, convidando-os a juntar-se à nossa coligação e contribuir para uma mudança democrática. A mudança só se tornará irresistível quando milhões de cidadãos se juntarem.
- Não há tempo a perder: junta-te ao movimento pela Primavera Europeia!

New Deal para a Democracia

I. Uma Constituição Democrática para a Europa

i. A Europa pertence aos seus cidadãos - e as instituições europeias devem ser guiadas pelas suas vozes. A UE, tendo começado como um projeto de paz e união, tem vindo a tornar-se num labirinto de instituições nas quais tecnocratas tomam decisões atrás de portas fechadas. Temos que nos opor a isto.

ii. Apelamos à união dos cidadãos europeus para que, em conjunto, se desenvolva **uma nova e democrática Constituição Europeia**. Este processo iniciará com uma **Assembleia Constituinte Europeia** que nós, Primavera Europeia, iniciaremos na campanha para as eleições europeias de maio de 2019. Viajaremos de cidade a cidade, de país a país para perguntar aos cidadãos o que eles desejam de uma nova Constituição Europeia.

iii. Após as eleições europeias de 2019, a Primavera Europeia pedirá o primeiro **referendo pan-europeu à sua Constituição**, perguntando aos cidadãos: “Deseja uma Assembleia Constituinte Europeia, eleita pelos cidadãos, com mandato para escrever a nova Constituição Democrática Europeia?” Esta Assembleia deverá ser composta do seguinte modo: 25% selecionada de forma aleatória de entre a totalidade dos cidadãos europeus; 25% eleitos diretamente pelos cidadãos através de listas transnacionais; 25% representantes dos Estados-Membros; 25% representantes das regiões e municípios. Este sistema permitirá a representação de todos os componentes da sociedade europeia, dando-lhes a possibilidade de agir como autênticos autores constituintes. O resultado final será uma Constituição que espelhe os direitos de todos os cidadãos e estabeleça novas regras quanto ao seu controlo sobre o futuro europeu.

II. Transparência e Governação Aberta

i. A transparência é o oxigénio da democracia: o princípio de auto-governo nada significa se os cidadãos não puderem ver como estão a ser governados. Hoje, muitas instituições europeias continuam fechadas ao público. O Conselho Europeu ainda viola as leis de transparência ao prevenir que documentos internos sejam tornados públicos. Entretanto, lobistas com interesses particulares influenciam os decisores contra o interesse dos cidadãos. Muitos governos nacionais continuam sem ter a obrigação de declarar os encontros mantidos com lobistas e quais as causas por estes representadas.

ii. Pedimos **a introdução imediata de novas reformas de transparência** nos processos de decisão da UE que responsabilizem os líderes europeus pelos seus acordos.

iii. Introduziremos **um Registo Pan-Europeu de Governança** - onde se incluirá uma lista unificada e exaustiva dos processos de decisão da UE e dos grupos de interesse/pressão, disponível e acessível em formato digital. O Registo tornará público todos os interesses financeiros dos Membros do Parlamento Europeu, bem como dos

oficiais da UE e seus parceiros. O Registo manterá também uma lista exaustiva dos lobistas, as suas áreas de atividade, as suas interações com políticos e as leis em relação às quais exerceram pressão durante essas interações. Aumentaremos os poderes e os recursos do Provedor da União Europeia de modo a que possa investigar qualquer prática incorreta ou de corrupção por parte de oficiais da UE, especialistas ou assessores que resultem da implementação do Registo.

iv. Por último, o Registo publicará toda a documentação relativa aos procedimentos judiciais da UE, incluindo dos Comitês Parlamentares e documentos internos do Conselho, bem como as suas fontes. **Todas as votações serão públicas** e todas as avaliações por parte dos especialistas será publicada de modo a poder ter escrutínio público.

III. Garantir os Direitos Fundamentais

i. O Tratado da União Europeia declara o respeito pela dignidade Humana, o Estado de Direito e os direitos democráticos de todos os indivíduos - os “Critérios de Copenhaga”. No entanto, em várias partes da União, encontramos violações sistemáticas destes princípios: a erosão da sociedade civil, a corrupção da independência judicial e a perda de justiça nas eleições.

ii. Daremos mais força aos Tribunais Constitucionais nacionais associando-os à **Comissão de Copenhaga**, uma instituição independente que investigará os Estados-Membros em relação ao Artigo nº 2 do Tratado de Lisboa que prevê a garantia dos Valores Democráticos na União. A Comissão será composta de representantes dos Tribunais Constitucionais e Superiores da União, do Provedor e de elementos da sociedade civil. Receberá pedidos de relatórios por parte das instituições europeias mas terá também autoridade para investigar violações dos direitos democráticos e ao Estado de Direito. Sob a nova Constituição Democrática da União Europeia, esta Comissão desempenhará o papel de um Tribunal Constitucional Europeu e será o garante da democracia e do Estado de Direito na União.

iii. Mas a proteção dos direitos democráticos requer também que os cidadãos sejam capacitados para poder lutar por si mesmos. Assim, **aboliremos o Artigo 51 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE**, que atualmente permite aos governos dos Estados-Membros ignorar a Carta sem qualquer sanção. Estabeleceremos uma relação vinculativa entre os Estados-Membros e a Carta, permitindo aos cidadãos que levem os seus governos ao Tribunal de Justiça Europeu caso estes falhem na defesa dos seus direitos fundamentais.

New Deal para os Trabalhadores

I. Uma Garantia de Emprego

i. Todos os europeus merecem poder contribuir para as suas comunidades e sem medo de cair na pobreza. Pela Europa, muitos trabalhadores continuam a ser vítimas de elevados níveis de desemprego involuntário: milhões de jovens não conseguem encontrar um emprego estável e com remuneração adequada e milhões de indivíduos sénior foram forçados a sair do mercado laboral de maneira antecipada. O resultado são níveis elevados de migração económica não desejada. Jovens europeus abandonam os seus países em massa para ir à procura de oportunidades económicas noutros países, deixando para trás as suas casas, famílias e comunidades.

ii. Apelamos a todos os países europeus a definição de **um acordo multilateral para financiar e garantir um emprego a cada europeu** no seu país de residência. Tais empregos seriam criados pelas autoridades nacionais e locais, assegurando que (a) têm um significado e são necessários para beneficiar a comunidade e (b) não servem como modo de evitar a contratação de um trabalhador com um contrato de trabalho clássico. A Garantia de Emprego está intimamente ligada ao Programa de Investimento Verde que produzirá novas oportunidades ao longo do continente para ajudar a reconstruir as infraestruturas europeias e contribuir para projetos de sustentabilidade originados nas comunidades.

II. Pacto para os Trabalhadores Europeus

i. A UE garantiu aos trabalhadores o direito de livre-circulação; no entanto, estes continuam a ver negado o direito a salário igual, condições de trabalho justas e um padrão de vida decente.

ii. Proporemos um **Pacto para os Trabalhadores Europeus que reforce os direitos dos trabalhadores** no espaço europeu. Introduziremos uma nova legislação por um salário mínimo europeu que inclua critérios para uma convergência salarial entre os diferentes países, aplicando-se em particular aos Estados-Membros que não dispõem de acordos coletivos de trabalho, assegurando assim que todos os salários permitem viver dignamente. A legislação para um salário mínimo requer a transparência dos ordenados pagos de modo a assegurar que a trabalho igual corresponde um salário igual. Mais, esta legislação exige também a harmonização das contribuições sociais para os trabalhadores, de modo a que o dumping social seja impossível entre países europeus.

iii. Mas o aumento dos salários não basta - temos que melhorar as condições de trabalho para todos. Proporemos a generalização da **semana laboral com um máximo de 35 horas** e um mínimo de 35 dias de férias anuais como um padrão da UE. Para combater a exploração laboral, estabeleceremos uma **Agência Europeia de Inspeção do Trabalho** que assegure que os empregadores cumprem com as leis laborais, da

justiça salarial à proteção dos trabalhadores, contra os abusos e invasão de privacidade. E para melhor apoiar o poder de negociação coletivo, propomos uma **Comissão Europeia Trilateral** para envolver trabalhadores ao longo das fronteiras num diálogo entre eles, os seus empregadores e a Agência de Inspeção. Combateremos todas as formas de sofrimento no local de trabalho - incluindo o esgotamento nervoso - promovendo um seguro de saúde harmonizado que apoie trabalhadores em necessidade. O nosso pacto pretende não apenas melhorar os que estão em baixo mas também aumentar a igualdade ao longo do setor económico. Estabeleceremos um processo de negociação que reduza as diferenças salariais dentro das empresas e através dos estados europeus. Iremos instituir limites aos bónus corporativos e eliminar opções de compra de ações. Iremos também melhorar e harmonizar os critérios dos benefícios de desemprego a nível europeu, reforçando a capacidade dos Serviços de Emprego Público de apoiar aqueles que procuram emprego na aquisição de competências e na procura de um emprego digno.

III. Um Dividendo de Cidadania Universal

i. Todos os trabalhadores deveriam **partilhar a riqueza europeia** e não apenas alguns poucos privilegiados. Ao longo dos últimos 50 anos, cavou-se um fosso entre os detêm capital e os que não. O resultado reflete-se no facto de, apesar do aumento da produtividade, a parte da riqueza detida pela metade mais pobre dos trabalhadores estar a diminuir. Na Europa, a riqueza está concentrada entre um pequeno grupo de super-ricos sendo transferida de uma geração para a outra. Mais de metade dos bilionários europeus herdou a sua riqueza.

ii. Defendemos a instituição de um novo fundo que garanta um **Dividendo de Cidadania Universal (DCU)** a ser atribuído a cada cidadão europeu. O DCU seria acumulado num Fundo Europeu de Cidadania que conteria (i) ativos comprados pelos bancos centrais como parte dos seus programas de flexibilização quantitativa (quantitative easing), (ii) uma percentagem do inventário de capital de cada oferta pública inicial e (iii) lucros dos direitos sobre a propriedade intelectual e outros monopólios do conhecimento. O DCU será atribuído independentemente de outros pagamentos de segurança social, como o subsídio de desemprego.

New Deal para a Solidariedade

I. Um Programa de Solidariedade

i. A Europa tem que se afirmar como solidária, apoiando os vizinhos bem como os países do continente. As medidas de austeridade atiraram milhões de europeus para a pobreza e emigração involuntária. A nossa União não conseguirá sobreviver se não respondermos às suas necessidades urgentes e lhes dermos acesso aos bens básicos.

ii. Acreditamos que a União Europeia deve voltar aos seus valores fundamentais - substituindo o princípio da competição pelo princípio da solidariedade. Assim, propomos um **Programa de Solidariedade Pan-Europeu que garanta a cada residente na União o acesso aos bens básicos**: (i) água, (ii) alimentação, (iii) habitação e (iv) energia. O programa financiará uma iniciativa anti-pobreza de modo a acabar com a insegurança alimentar na Europa. Disponibilizará também fundos para a construção de novas habitações sociais que darão abrigo e proteção às famílias

iii. Uma Europa da Solidariedade precisa de proteger em primeiro lugar as crianças. A Primavera Europeia irá introduzir um novo **Plano Europeu para a Erradicação da Pobreza Infantil** que aumentará o investimento na proteção das crianças vulneráveis, melhorando o seu acesso aos cuidados de saúde e de educação.

II. Um Padrão Europeu de Saúde

i. As desigualdades a nível europeu em termos de saúde são acentuadas, em particular entre a “antiga” e a “nova” UE. Estas desigualdades são visíveis não apenas ao nível da esperança média de vida, mas também na esperança de uma vida saudável. Temos de criar ferramentas que permitam uma convergência ao nível da qualidade de vida, com os cuidados de saúde à cabeça.

ii. Propomos a definição de um **Padrão Europeu de Cuidados de Saúde**. Este padrão será focado nos investimentos em cuidados de saúde nos Estados-Membros (tanto em termos absolutos como per capita), nos seus recursos (número de enfermeiros, médicos e hospitais per capita) e na qualidade dos seus serviços. Redirecionaremos fundos diretos do orçamento da UE para apoiar os países em dificuldades no cumprimento do padrão definido.

iii. Iremos também reformar o setor farmacêutico. A atual lei das patentes beneficia as grandes empresas e não os indivíduos. Permitiremos patentes apenas nos métodos de produção e não nos produtos. Em lugar de financiar apenas as fases iniciais de I&D, a UE deverá envolver-se em todo o processo de produção, incluindo a sua implementação. As patentes passarão então a fazer parte do Fundo Europeu de Cidadania.

iv. Criaremos também um **Centro Europeu para o Controlo de Doenças**, focado no combate às doenças para as quais já existe vacinação, bem como na melhoria da

capacidade de resposta a novas doenças que aparecerão como consequência das alterações climáticas.

III. Estados Gerais da Educação

i. Acreditamos que a educação deve ser universal, pública, gratuita e livre dos constrangimentos dos interesses capitalistas. Lutaremos por um sistema educativo multidimensional - reforçando a consciência da nossa cidadania europeia e apoiando os professores no desenho dos seus próprios programas educacionais a nível local.

ii. Desde a Estratégia de Lisboa (2000) até à Iniciativa Repensar a Educação (2012) e ao atual Quadro Estratégico Educação e Formação 2020, a educação na Europa orientou-se progressivamente para a empregabilidade, a produtividade e a competição. Apesar da autonomia constitucional do setor educativo, os professores raramente são envolvidos como parceiros do processo de decisão política. Em vez disso são organizações como a OCDE e a UE que informam a nossa política educativa, desenhando um sistema apoiado no princípio da competição.

iii. Acreditamos que a educação é um bem comum no qual todos os cidadãos devem ser capacitados para intervir. As escolas devem desempenhar o seu papel no centro de um tecido cívico complexo, composto por bibliotecas e centros culturais e desportivos. Este tecido deve ter como objetivo último o desenvolvimento de cidadãos europeus interculturais, conscientes das suas múltiplas identidades aos níveis local, regional, nacional, europeu e global, e dotados da capacidade de as protegerem.

iv. Lançaremos os Estados Gerais da Educação em toda a Europa, envolvendo professores, estudantes, famílias, educadores e especialistas no desenho de um novo sistema educativo. Os Estados Gerais da Educação estabelecerão uma educação multidimensional na qual certos assuntos e métodos permanecerão europeus, outros estarão focados aos níveis nacional e local, com o objetivo de assegurar a soberania das populações específicas de cada área. Envolveremos as autoridades regionais e municipais na transferência de fundos europeus para assegurar o financiamento de programas focados numa perspetiva local e numa interação sólida com outras instituições culturais locais. Para reduzir a fuga de cérebros, apoiaremos investimentos em universidades que aceitem a Carta Erasmus para o Ensino Superior, em particular localizadas em regiões desfavorecidas.

New Deal para a Natureza e o Clima e para a Transição Verde Europeia

I. Um Programa de Investimento Verde

i. Transformaremos a economia europeia de forma a construir uma prosperidade verde e partilhada. A Europa não está preparada para um clima em mudança. Muitos municípios não têm recursos para fazer a transição para fontes sustentáveis de energia. A outros falta a capacidade de proteger os cidadãos das catástrofes ambientais. Isto não é só um perigo para os cidadãos europeus: é também uma oportunidade perdida para reconstruir a infraestrutura do continente numa base sustentável.

ii. Apelamos à criação de um fundo de recuperação pelo investimento verde de 500 mil milhões de euros a serem investidos anualmente num Programa para a Energia Verde, Transporte e Transição (GETT). O GETT seria financiado inteiramente através de títulos de investimento verde emitidos pelos bancos de investimento públicos europeus, apoiados por uma aliança dos Bancos Centrais europeus pronta para intervir no mercado de títulos secundários caso o rendimento dos títulos de investimento verde comece a subir. Uma nova Organização para a Transição Verde Europeia consultará as comunidades locais, cidades e municípios para desenvolver os projetos pan-europeus necessários ao programa GETT.

iii. Através do GETT introduziremos um Plano Europeu Antissísmico para proteger os europeus e as suas comunidades de danos causados por terremotos. O novo plano direcionará fundos para (i) a classificação do risco sísmico e a criação de mapas de risco abertos ao público, (ii) a renovação de edifícios vulneráveis e (iii) novos edifícios públicos com construção antissísmica.

II. Um Pacto 2030 para o Clima

i. A União Europeia deve agir mais rapidamente para cumprir o Acordo de Paris e proteger o planeta das alterações climáticas descontroladas. Para isso temos de estar preparados para implementar todas as medidas necessárias para limitar a subida de temperatura global a não mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

ii. Para atingir este objetivo, adotaremos objetivos climáticos e energéticos ambiciosos, de modo a atingir até 2030 uma redução de 65% das emissões de gases com efeito de estufa, a adoção de 45% de energia obtida de fontes renováveis e a redução de 40% no consumo de energia.

iii. Faremos um apelo para que a União Europeia acabe progressivamente com os subsídios que danificam o clima e o ambiente. Hoje 11 países e a própria UE subsidiam a indústria do petróleo, carvão e gás com pelo menos 112 mil milhões de euros por ano. Propomos o desenvolvimento de novos procedimentos que assegurem que a contribuição do Orçamento Europeu para o sucesso das metas climáticas e

ambientais, e a conformidade das suas linhas de financiamento com a sustentabilidade, sejam regularmente verificadas através de ferramentas participativas, fortes mecanismos de responsabilização ou outras opções disponíveis.

iv. Apelamos à criação de uma taxa de carbono pan-europeia. Propomos um custo progressivo do carbono baseado no nível de desenvolvimento e de emissões de cada Estado-membro. Mais precisamente, propomos que o preço de referência do carbono seja referido ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e à quantidade de CO₂ emitido. Cada país pagaria assim uma taxa de carbono referente ao seu IDH estabelecida por uma organização multilateral pan-europeia. A criação desta taxa está alinhada com o princípio de “responsabilidades comuns mas diferenciadas” estabelecido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

III. Uma Nova Política Agrícola Comum (PAC)

i. Acreditamos que os cidadãos Europeus merecem uma Política Agrícola Comum (PAC) nova e melhorada, fazendo o melhor uso possível daquela que é ainda a maior porção do Orçamento da União Europeia mas reduzindo, ao mesmo tempo, o montante de subsídios.

ii. Para desenvolver uma PAC verdadeiramente benéfica, pretendemos reformar cada um dos seus pilares de modo a assegurar não só a segurança alimentar mas também melhorias que a alinhem com as restantes políticas ambientais, em particular a Diretiva Aves e Habitats, a Diretiva Quadro da Água (incluindo a Diretiva Nitratos), a Diretiva de Uso Sustentável de Pesticidas, a Diretiva de Redução das Emissões de Poluentes Atmosféricos e a Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha.

iii. Compreendemos que a conservação da biodiversidade torna a Europa mais resistente e resiliente. A nossa missão não é apenas salvar a biodiversidade europeia da atual tendência de declínio mas também celebrar o valor intrínseco da vida e expressar solidariedade intergeracional, oferecendo oportunidades às futuras gerações. Para honrar esta visão comprometemo-nos a aumentar a contribuição da Europa para manter e restaurar a natureza e a biodiversidade na rede Natura 2000 de áreas protegidas, nos terrenos de Alto Valor Natural e em todos os corredores ecológicos e zonas tampão que sejam necessários.

iv. Iremos redirecionar os financiamentos da PAC para práticas agrícolas ecológicas e ambientalmente sustentáveis até 2025, incluindo o apoio à transição de criações animais intensivas e de larga escala para o cultivo de vegetais e para a conservação da natureza.

New Deal para a Zona Euro e para as Finanças Públicas da UE

I. Uma Reforma Orçamental da UE

i. Os cidadãos merecem uma voz democrática na distribuição dos fundos europeus. O Orçamento da UE não serve só para estimular o desenvolvimento económico. Serve também para capacitar as comunidades para iniciar projetos adequados às suas necessidades e aspirações. Estes fundos devem ser distribuídos de forma sábia - e justa.

ii. Apelamos a uma reforma do Orçamento da UE que devolva maior controlo democrático a nível local. Lutaremos para que os cidadãos possam expressar as suas preferências sobre os gastos da UE no escrutínio das eleições do Parlamento Europeu. Abriremos a porta para que os cidadãos participem na fase de projeto-piloto do procedimento orçamental do Parlamento Europeu.

iii. Mas o Orçamento também tem que crescer. Introduziremos novos instrumentos de finanças públicas para aumentar o Orçamento da UE para além dos seus constrangimentos atuais. Apelaremos a uma alteração dos Tratados que nos livre do colete-de-forças criado pelo designado Pacto de Estabilidade e Crescimento e pelo Pacto Fiscal Europeu. Estabelecendo alianças com governos nacionais, autoridades locais e com cidadãos em toda a Europa, forçaremos o fim dos duros constrangimentos à despesa na UE.

iv. No seu lugar, propomos um novo Orçamento da UE que sirva para financiar os programas urgentes que apresentamos neste New Deal - para combater a pobreza, construir uma prosperidade verde e suportar os municípios na integração dos recém-chegados. O novo orçamento equilibrará os seus compromissos de despesa com os recursos próprios da UE: desenvolveremos várias novas formas de aumentar as receitas deste orçamento europeu ambicioso. Estas incluem uma taxa de carbono que limitará as alterações climáticas, uma taxa sobre as transações financeiras, o congelamento das transações para beneficiários não identificados ou não declarados, a introdução do princípio de que os europeus pagam os impostos nos seus Estados-membros e a formação de novas Obrigações Europeias para financiar novos projetos infraestruturais. Iremos detalhar todos os pormenores do financiamento do Orçamento da UE nos próximos meses.

II. Eliminar os Paraísos Fiscais

i. Exigimos justiça fiscal. O atual sistema de taxação é altamente injusto. Os cidadãos mais pobres da Europa pagam os seus impostos enquanto a elite rica e as suas corporações multinacionais evadem-se às respetivas cargas fiscais e escondem o seu dinheiro das autoridades europeias. A Comissão Europeia estima que se percam

anualmente 1 milhão de milhões de euros em evasões fiscais, sem contar com a arbitragem intraeuropeia, através da qual as corporações transnacionais fogem sem penalizações para jurisdições com impostos mais baixos.

ii. O nosso New Deal para a Europa acabará com todos os paraísos fiscais dentro da UE - incluindo a revogação das leis que permitem a evasão para países como o Luxemburgo, a Holanda ou a Irlanda. Faremos uma limpeza do setor bancário europeu, com uma regra simples e clara: os bancos que não divulguem o que fazem nos paraísos fiscais não podem operar e não têm acesso às linhas de crédito do Banco Central Europeu. Seguindo as propostas do Comité CRIM do Parlamento Europeu, a Primavera Europeia fará propostas para emendar a legislação de modo a requerer das instituições financeiras completa transparência em todas as suas atividades às autoridades de supervisão.

iii. Assim, criaremos uma lista negra de paraísos fiscais fora da UE onde se pratique evasão fiscal. Instituiremos também um novo Tribunal de Justiça Económica para investigar e agir contra os indivíduos e empresas europeias com contas nos paraísos fiscais identificados na lista negra, podendo a consequência ser a perda dos seus direitos de propriedade caso sejam julgados como culpados.

III. Reparar o Euro

i. Para salvar a Europa temos que consertar o Euro. Estas reformas são necessárias não apenas para reparar as economias despedaçadas dos países da Zona Euro mas também para reequilibrar a economia do continente europeu como um todo. O nosso New Deal oferece um plano para uma estrutura monetária comum e integrada, que funcione para qualquer país europeu - e restaure o controlo democrático sobre as políticas económicas.

ii. Apelamos ao desenvolvimento de uma Plataforma Pública de Pagamentos Digitais (PPPD) em cada país europeu. Esta plataforma cria uma conta de reserva para cada contribuinte. Este é dotado de um PIN que lhe permite transferir crédito da sua conta de reserva para o Estado - como uma forma de pagamento de impostos ou para a conta de qualquer outro contribuinte. O PPPD permite que os governos nacionais tenham maior soberania fiscal contra o Pacto Fiscal Europeu.

iii. Para além disto, apelamos à criação de uma União de Liquidação Europeia, baseada numa unidade comum de contabilidade digital, na qual todo o comércio intraeuropeu e os fluxos de capital são designados com base num registo transparente digital que (a) taxa, em favor da UE, défices e lucros de forma simétrica e (b) usa esses fundos para investimento adicional em regiões onde o investimento desça abaixo da média.

iv. Finalmente, apelamos a uma conversão limitada da dívida pública, através da qual a dívida de cada Estado-membro que cumpra os critérios de Maastricht seja apoiada por obrigações do Banco Central Europeu (BCE) as quais sejam por sua vez apoiadas pelo Estado-membro. Para proteger o BCE de perdas (a) a este novo passivo

dos Estados-membros para com o BCE é dada preferência sobre as suas outras obrigações e (b) o BCE é segurado pelo ESM.

New Deal para os Devedores e para o Sistema Financeiro

I. Segurança de Habitação Para Todos

i. Acesso a uma habitação digna é um direito humano - no entanto, milhões de famílias na Europa continuam a estar em risco de despejo. Apenas em Espanha, mais de 600 mil famílias foram despejadas desde o início da crise financeira. Mas mesmo nos países menos afetados pela crise os despejos estão a atingir valores recorde, consequência da procura de maiores retornos por parte dos proprietários.

ii. Apelamos aos países europeus pela elaboração de um acordo multilateral relativo à segurança na habitação. Com o nosso Programa de Solidariedade, iremos financiar e garantir uma habitação digna a cada europeu no seu país de origem, restaurando o modelo de habitação social que foi severamente afetado nos últimos cinquenta anos.

iii. A Segurança na Habitação para Todos introduzirá também uma moratória aos despejos por causa de dívidas, oferecendo aos proprietários a possibilidade de permanecer nas suas casas pagando uma renda acessível fixada por comissões locais. Esta moratória encorajará os credores a renegociar as hipotecas em vez de as denunciar, estabilizando comunidades até agora devastadas pela ruína e pela deslocalização.

II. Domar as Finanças

i. A crise da Zona Euro revelou a arquitetura podre do sistema bancário europeu. Os bancos faliram mas foram os contribuintes que arcaram com os custos e - para gerir a crise que se seguiu - foram criadas novas instituições que não são nem eleitas democraticamente nem geridas democraticamente.

ii. Chegou o tempo de abordar os problemas relacionados da dívida excessiva, do crescimento económico anémico e da fragilidade institucional do Euro. Propomos a criação de uma Tesouraria Europeia que complementasse o Banco Central Europeu e oferecesse um efeito estabilizador em tempos de crise. Mobilizaremos igualmente o Fundo Europeu de Investimento, cujos estatutos lhe permitem explicitamente utilizar fundos dos mercados monetários para efeitos de educação, saúde e renovação urbana. Propomos que o Banco Central Europeu refinance as dívidas antigas a taxas perto de zero. O BCE deve cumprir a sua promessa de acabar com a crise da dívida pública.

iii. As instituições financeiras europeias devem pertencer ao povo europeu. Lutaremos para que o Mecanismo Europeu de Estabilidade seja colocado sob jurisdição europeia, quer alterando os Tratados quer através de legislação secundária. Os objetivos desta transição incluem: (i) assegurar plena harmonia com a lei da UE; (ii) reforçar o papel do Parlamento Europeu e assim reforçando a responsabilização

democrática do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MES); (iii) emancipar o MES da possibilidade de vetos espúrios, reforçando a sua independência operacional; (iv) agilizar a sua capacidade de agir de forma oportuna e decisiva no combate a qualquer fator de instabilidade económica, e (v) desenvolver uma alternativa credível e responsável ao FMI a nível da União.

iv. Finalmente, apelamos à criação de uma Nova Estrutura Macroprudencial para reduzir o risco e encorajar o investimento entre os bancos europeus, com duas regras a introduzir imediatamente: (i) rácios de equidade mínima para bancos europeus de não menos de 15% dos ativos e (ii) que nenhum banco tenha ativos que excedam 20% do produto interno do país onde esteja domiciliado.

III. Completar a União Bancária

i. Os bancos devem estar ao serviço dos povos da Europa - e não o contrário. A Europa está hoje cheia de bancos zombie, cujas más práticas empurraram o continente para a crise mas que nunca pagaram por isso. Eles são zombie não apenas porque os seus balanços estão cheios de ativos não produtivos, mas também porque os seus modelos de negócio não trazem vida à economia europeia. Temos que reaver esses bancos de modo a assegurar-nos que eles cumprem a sua função básica: tornar a economia europeia forte, gerindo melhor os seus riscos e apoiando os europeus na construção do seu futuro.

ii. Concluiremos a União Bancária passando todos os bancos, um a um, para a alçada do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MES). O MES, e não os governos nacionais, teria a função de reestruturar, recapitalizar e resolver os bancos em dificuldades. A nossa proposta é que um banco em dificuldades deve ser removido da jurisdição nacional e movido para uma jurisdição a criar na Zona Euro. O Banco Central Europeu nomearia um novo conselho administrativo com o objetivo de resolver ou recapitalizar o banco. Neste caso, o MES providencia o capital, e as ações equivalentes a essa injeção de capital passam para o MES. A reestruturação do banco pode implicar uma fusão, uma redução e mesmo a resolução completa do banco, mas sempre tomando todas as precauções para evitar perdas de depósitos. Depois de o banco ter sido reestruturado e recapitalizado o MES venderá as suas ações e recuperará o capital.

New Deal para Migrantes, Refugiados e Recém-Chegados

I. Um Sistema de Asilo Europeu Comum

i. O nosso New Deal tem como objetivo criar uma sociedade global mais justa, com menos conflito, menos desigualdade e menos causas para a migração involuntária. Mas temos também que estar preparados para receber recém-chegados à Europa, apoiar a sua transição para as nossas sociedades e construir um novo futuro juntos.

ii. Este processo começa com medidas de emergência para responder à crise humanitária europeia. Mais de 500.000 migrantes chegaram à Europa através do Mediterrâneo nos últimos dois anos - um em cada quatro são crianças. Temos que nos unir para formular uma resposta pan-europeia.

iii. Apelamos ao estabelecimento de um Sistema de Asilo Comum Europeu, no respeito completo pelo Tratado de Roma, pela Carta dos Direitos Fundamentais, pela Convenção de Genebra e outras obrigações da lei internacional. O sistema requererá o respeito do direito de não-repulsão, protegido internacionalmente, o qual proíbe a Europa de devolver os requerentes de asilo a países nos quais estariam em perigo de perseguição.

iv. Em vez disso, os países europeus facilitarão o reconhecimento mútuo das decisões de asilo e a transferência expedita dos estatutos de proteção, de modo que os refugiados e os requerentes de asilo possam estabelecer-se onde tenham as melhores perspectivas de emprego, laços familiares mais fortes ou melhor domínio da língua. Apelamos à implementação do Programa Conjunto de Realojamento de Refugiados, o qual proporciona apoio aos Estados-membros que recebam refugiados.

v. Defendemos o fecho de todos os centros de detenção e a melhoria das instalações de receção. As autoridades devem garantir o acesso a cuidados de saúde física e mental a todos os recém-chegados - com financiamento europeu condicionado ao cumprimento das regras.

II. Um Programa de Investimento e Integração

i. O nosso desafio não é só receber os recém-chegados, mas também ajudá-los a construir laços com as comunidades em toda a Europa. Acreditamos que temos que considerar os direitos e as necessidades das comunidades hospedeiras ao mesmo nível que consideramos as dos migrantes. De outra forma o processo de integração não seria possível. A integração é um processo com dois lados.

ii. Introduziremos um novo Programa de Investimento e Integração que direcione fundos para os municípios que recebam refugiados nas suas comunidades. Novos financiamentos serão reservados para programas que apoiem (i) a integração

económica nas economias locais, (ii) celebrações culturais de todos os membros da comunidade e (iii) projetos habitacionais mistos que ajudem a ligar as comunidades antigas com as novas.

iii. Lutaremos para incluir os recém-chegados nas políticas europeias nos seus locais de residência. Apesar de milhões de migrantes, refugiados e recém-chegados pagarem os seus impostos, não usufruem plenamente dos seus direitos como residentes, sendo excluídos das decisões políticas que determinam o seu futuro. Lutaremos para dotar todos os recém-chegados do direito de voto após um período mínimo de residência, incluindo o direito de voto em eleições nacionais e referendos, assim como o direito de ser candidato a eleições.

III. Acabar com a Europa Fortaleza

i. Ao mesmo tempo que promovem intervenções contra regimes autoritários, muitos Estados-membros continuam às escondidas a fazer acordos com déspotas para manter fora da Europa os requerentes de asilo. Temos que criar novas vias para a migração legal e temos que acabar com a exportação do controlo migratório.

ii. Lutaremos para permitir a concessão pelos consulados em todo o mundo de vistos Schengen para quem procura trabalho, de forma a criar vias seguras, legais e abertas para recém-chegados que procurem oportunidades na Europa. Também apoiaremos o estabelecimento de um Passaporte Internacional Humanitário para as categorias mais vulneráveis de refugiados.

iii. Ao mesmo tempo, apelamos ao cancelamento do Acordo UE-Turquia para os Refugiados, que empurra os requerentes de asilo para o perigo que os espera nos países de onde fugiram. Também iremos requerer o fim de todos os acordos com as autoridades locais e milícias líbias e o cancelamento dos acordos para o treino e equipamento da Guarda Costeira líbia. O mesmo se aplicará aos acordos escondidos com os governos autoritários e corruptos do Chade e da Nigéria.

iv. Apelamos ao estabelecimento de uma Operação Europeia de Busca e Salvamento (OEBS) destinada a salvar, receber e introduzir migrantes na Europa. Com a OEBS apelamos à suspensão imediata da externalização das fronteiras e controlos migratórios da UE, para cumprir com as suas responsabilidades para com as pessoas que pedem proteção no território europeu. Aumentaremos a cooperação e o financiamento de organizações internacionais que trabalhem com refugiados (UNHCR) e migrantes (IOM), em simultâneo com a exigência de maior responsabilização e com uma maior supervisão sobre a implementação dos seus princípios nas suas atividades. Apoiaremos as organizações da sociedade civil trabalhando com migrantes e potenciais migrantes nos seus países de origem e de trânsito.

New Deal para o Comércio e o Papel da Europa no Mundo

I. Comércio Justo e Cooperação Económica

i. A política de comércio europeia ignora a vontade democrática dos europeus e enfraquece a solidariedade com os trabalhadores no resto do mundo. Mecanismos como a Arbitragem de Disputas Estado-Investidores (sigla ISDS em inglês) - que permitem que investidores processem os governos por lucros perdidos - são injustos. Acordos como o TTIP, o CETA ou o JEFTA atropelam os princípios democráticos mais básicos.

ii. Acreditamos num sistema melhor, no qual os acordos de comércio internacional promovem a prosperidade e fortalecem a solidariedade entre os trabalhadores dos vários países. A Primavera Europeia coordenar-se-á com outros partidos e movimentos para envolver os cidadãos de dentro e fora da Europa na discussão de formas de mobilizar a interdependência económica.

iii. O comércio justo (em vez do comércio livre) deve tornar-se a base da nossa política comercial. No decurso de qualquer negociação comercial, a Primavera Europeia defenderá os mais altos padrões de proteção do ambiente, dos direitos humanos, da saúde pública, dos direitos dos trabalhadores, dos serviços públicos, do bem-estar animal e dos direitos do consumidor, reduzindo os direitos de propriedade intelectual quando necessário. Defenderemos também tarifas entre a União Europeia e outros parceiros para evitar a venda de produtos importados abaixo do preço de custo (“dumping”) e para incorporar os impactos ambientais associados com os transportes.

iv. Para além disso, a Primavera Europeia rejeita todos os mecanismos que procurem criar e manter um sistema de justiça separado para as corporações multinacionais. Acabaremos com os privilégios especiais das grandes empresas transnacionais através de qualquer mecanismo de arbitragem de disputas, incluindo o Sistema Judicial para o Investimento (ICS, em inglês), travaremos a expansão do sistema para novos acordos e terminaremos qualquer tratado atual que os inclua. Também rejeitaremos qualquer tentativa de criar um Tribunal Multilateral para o Investimento. No seu lugar asseguraremos plena liberdade regulatória para políticas sociais e ambientais, sem a ameaça da litigação internacional dos investidores.

II. Um Pacto de Paz e Solidariedade

i. A Europa deve redescobrir os seus princípios de paz e solidariedade. Hoje a democracia está em regressão em muitas regiões: líderes autoritários estão a combater os direitos civis e a sabotar as eleições. Em muitos lugares os conflitos armados continuam acesos: milhões de pessoas vivem sem segurança e sem comida, abrigo e cuidados de saúde adequados. A Europa deve renovar o seu compromisso de apoiar

as populações vulneráveis em todo o mundo, ao mesmo tempo que se empenha em acabar com os conflitos armados e implementar processos de paz duradouros.

ii. Terminaremos imediatamente a venda de armas e produtos relacionados a estados autoritários, alterando os critérios de licenciamento das exportações para levar em conta violações de direitos humanos, e introduzindo orientações de transparência em todos os procedimentos. Rejeitaremos as soluções militaristas para conflitos que possam ser resolvidos pela via diplomática e chamaremos à responsabilidade as corporações transnacionais que contribuam para violações dos direitos humanos, apoiando o Tratado sobre Corporações Transnacionais e Direitos Humanos, das Nações Unidas. Apelaremos à ONU para que crie um mecanismo vinculativo que permita que pessoas afetadas possam reivindicar justiça contra abusos dos direitos humanos e destruição ambiental por essas corporações, não apenas no seu país mas também em todos os estados que sobre elas tenham jurisdição.

iii. A UE deve assumir uma particular responsabilidade para com os países vizinhos. Queremos estender a cooperação regional ao abrigo de Programas de Parceria. Apelaremos a novos critérios de adesão que incluam fatores sociais como o nível de segurança social dos cidadãos, o combate às desigualdades e condições de trabalho dignas. A solidariedade no interior da UE exige que esta seja protegida da exploração, evasão fiscal e “dumping” de todos os tipos.

III. Um Novo Bretton Woods

i. As instituições económicas internacionais devem ser desenhadas para aumentar a igualdade económica e diminuir o risco de crises. Uma década depois do colapso de 2008, a economia global continua a sofrer, com as nações devedoras lutando para recuperar e reequilibrar as respetivas balanças comerciais. Apelamos à criação de um novo sistema de Bretton Woods, similar ao da conferência que em 1944 estabeleceu o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O nosso objetivo é materializar o potencial dessas instituições para construir uma melhor economia mundial.

ii. Para isso formaremos parcerias com movimentos progressistas de todo o mundo para introduzir uma União Internacional de Compensação (UIC) que ajude a reequilibrar a economia global distribuindo uma moeda digital comum a países credores. O FMI administraria a UIC, assegurando-se que as suas regras seriam justas, multilaterais e democráticas - tudo o que a Zona Euro não é. Temos uma magnífica infraestrutura de instituições económicas internacionais à nossa disposição - é tempo de a usarmos para o bem comum!

iii. Reconhecendo que a mudança só acontece quando os cidadãos se organizam e a exigem, a Primavera Europeia compromete-se a dedicar o tempo e os recursos dos seus representantes eleitos para promover a emergência de um movimento de justiça global e para facilitar os esforços de coordenação global de cidadãos, movimentos sociais e sociedade civil.

New Deal Para as Mulheres

I. Salário Igual e um Padrão de Poder

i. Salário igual para trabalho igual: este é um direito fundamental. As mulheres enfrentam hoje na Europa uma discriminação sistemática no mercado de trabalho. As mulheres recebem em média menos 16% do que os seus colegas masculinos- o equivalente a dois meses de trabalho não remunerado por ano- e são ainda preteridas nas promoções devido ao estigma com que a maternidade ainda é vista nos locais de trabalho.

ii. Lutaremos por uma solução Europeia para a discriminação baseada no género nos locais de trabalho. Apelamos a um Padrão de Igualdade Salarial Pan-Europeu (PIS) que elimine as disparidades salariais em todos os Estados-membros. O PIS impedirá os empregadores de usar os rendimentos anteriores como base de negociação salarial, forçando, portanto, a basear o salário nas qualificações. O PIS também obrigará os empregadores a publicitar os salários, como forma de aumentar a transparência. Todos os empregados poderão questionar as discrepâncias de pagamento entre colegas e todos os empregadores terão que responder de forma fundamentada.

iii. Lutaremos também pela paridade de género na política. Propomos a introdução de uma cláusula de paridade europeia que assegure uma representação igualitária e justa de homens e mulheres em todos os órgãos de chefia da União Europeia. Esta proposta também estipulará novos patamares para as listas eleitorais dos partidos no Parlamento Europeu: só uma divisão equitativa do poder pode verdadeiramente salvaguardar os direitos das mulheres.

II. Convenção sobre os Direitos Reprodutivos

i. Exigimos que as mulheres tenham direitos sobre os seus corpos. Em toda a Europa as mulheres estão em marcha pelos seus direitos reprodutivos, que estão a ser atacados por uma direita religiosa e reacionária. Acreditamos que a opressão das mulheres num Estado-membro é uma ameaça à segurança das mulheres em todos eles.

ii. Apelamos a uma Convenção Pan-Europeia sobre Direitos Reprodutivos, que junte os Estados-membros na formulação de uma solução europeia para o acesso desigual à autonomia reprodutiva e a saúde sexual. A solução deve prover a política europeia com o vigor necessário para sancionar Estados-membros que fragilizem a proteção e a segurança das mulheres.

iii. Nessa Convenção implementaremos um conjunto de reformas imediatas para promover os direitos reprodutivos das mulheres. Exigiremos controlos de natalidade gratuitos e acesso fácil à contraceção, assim como a venda da pílula do dia seguinte nas farmácias sem receita médica. Os produtos de higiene como tampões, pensos higiénicos ou taças menstruais devem ter preços acessíveis e ser distribuídos

gratuitamente em escolas, universidades, locais de trabalho e espaços públicos, de modo a que sejam facilmente acessíveis às mulheres.

iv. Todas as mulheres na Europa devem ter acesso e informação gratuita sobre as formas legais e seguras de abortar, com a máxima proteção do direito da mulher a uma decisão independente e a cuidados médicos, psicológicos e social completos. As grávidas devem ter acesso a cuidados pré-natais através de testes pré-natais gratuitos, cuidados obstétricos gratuitos e cursos gratuitos ou subsidiados que as ajudem a preparar para o parto. As mulheres que tenham trabalhos exaustivos ou exigentes que possam ameaçar o feto ou causar partos prematuros devem ter direito a licença paga durante toda a gravidez.

v. Estes direitos estendem-se à parentalidade. Os progenitores devem ter direito a 480 dias de licença parental, 390 dos quais com pelo menos 80% do salário normal. Os progenitores que não estejam empregados também devem ter direito a licença parental. Os 480 dias devem ser divididos igualmente entre os progenitores. Para além dos 480 dias de licença paga, os progenitores devem ter o direito legal de reduzir em 25% o número de horas de trabalho até que a criança complete oito anos.

III. Acabar com a Violência e a Discriminação

i. As desvantagens das mulheres não são apenas económicas. Em toda a Europa as mulheres continuam a confrontar-se com violência física e sexual - no trabalho, na rua e no lar. O direito da mulher à segurança não está garantido. Uma em cada quatro mulheres sofreram violência física ou sexual pelo menos uma vez na sua vida.

ii. Acreditamos numa solução europeia para a violência doméstica. Lutaremos pela proteção e extensão da Convenção de Istambul, apelando à ratificação contra a exploração de género por parte de todos os estados europeus que ainda não o fizeram. Apelaremos a todos os estados membros para que implementem proteções especiais para migrantes e refugiados femininos, que continuam a enfrentar riscos elevados. Todas as instalações para requerentes de asilo apoiadas pela UE devem prover áreas específicas para mulheres e garantir proteção contra assédio e agressão sexual. Respeitaremos a exploração baseada no género como base para a concessão do estatuto de refugiado.

iii. Exigimos que os casais do mesmo sexo possam casar e ter os mesmos privilégios que os casais heterossexuais. O acesso a procedimentos de transição de género (como alteração dos documentos) ou de suporte a essa transição (como acesso a terapias hormonais ou a cirurgias) deve ser garantido em toda a Europa.

New Deal para a Soberania Tecnológica

I. Construção de Comuns Digitais

i. Acreditamos na soberania tecnológica de Europa. A firewall da China ensinou-nos que num mercado grande é possível desafiar as grandes empresas tecnológicas e moldar o nosso futuro digital. Como maior mercado mundial usaremos esse poder na construção de um comum digital que pertença aos cidadãos e não a empresas ou a estados. A UE deverá **investir na Inteligência Artificial (IA) aberta** promovendo a machine-learning e o progresso tecnológico na Europa. Todos os problemas que surjam no âmbito da IA deverão ser resolvidos democraticamente e debatidos ao nível da Europa.

ii. Não só a soberania tecnológica da Europa requer o controlo do seu futuro digital mas necessita também da confiança dos cidadãos **na proteção da extração de dados**. O tratamento de dados deve ser igualitário no tráfico na rede, razão pela qual iremos impor a neutralidade absoluta da rede. Os utilizadores deverão ter total controlo sobre os seus dados e nenhum deverá ser colhido/agregado sem consentimento informado. A personalização de conteúdo deverá ser opcional e desativada por omissão. Na mesma linha, práticas de negócio que retiram o controlo do utilizador, tais como jogos online e loot boxes, ou aparelhos com obsolescência programada, serão proibidos.

iii. As empresas de tecnologia não podem continuar a operar sem prestação de contas ao público europeu. Apelaremos ao fim do negócio dos dados pessoais, fazendo com que companhias como o Facebook revelem o que venderam e a identidade dos compradores. As empresas terão ainda que revelar os algoritmos utilizados no processo.

iv. Os gigantes da comunicação social querem aumentar as suas quotas no mercado do entretenimento fazendo pressão para que a legislação dos direitos de autor limite as opções de uso justo. Temos que defender os comuns digitais da privatização rentista. Apelamos à imediata rejeição do Artigo 13 da Reforma dos Direitos de Autor em curso na UE, o qual ameaça o software livre, protegendo os coletores de patentes.

II. Governança em Código Aberto (*Open-Source*)

i. A tecnologia pode aumentar a transparência e transformar radicalmente o provisionamento de bens públicos. As autoridades públicas devem abandonar práticas antigas que mantêm a opacidade e impedem a participação popular.

ii. A nossa plataforma é multidimensional. Ao nível europeu começaremos por exigir que todas as audições parlamentares sejam difundidas em direto para que todos os europeus as possam ver.

iii. Ao nível dos Estados-membros, todos os registos disponíveis para o público devem ser digitalizados com vista à transparência e ao escrutínio público. Em particular, todas as transações com fundos públicos devem ser publicadas numa base de dados online e aberta.

iv. O povo e os seus governos necessitam de ter controlo completo sobre o software que administra as suas vidas. Sempre que possível, transitaremos de programas proprietários para programas livres e de acesso aberto. Todo o software que tenha financiamento público - tanto o código como a respetiva documentação - será disponibilizado publicamente para facilitar auditorias públicas.

v. Embora exista uma necessidade premente de estabelecer uma ciber-defesa e de dotar os nossos militares de unidades híbridas, os Estados devem usar as técnicas de vigilância apenas sob supervisão judicial e escrutínio público. Para acompanhar os tempos, o acesso dos organismos de investigação a ficheiros armazenados em equipamentos privados ou na nuvem tem que ser autorizado por um mandato de busca.

III. Fundo Europeu de Inovação

i. A inovação tecnológica deve servir o bem público, não os ganhos privados. O setor tecnológico é atualmente dominado por uma mão cheia de grandes corporações, as quais determinam a direção do progresso tecnológico recebendo grandes lucros com isso. Curiosamente, nenhuma dessas grandes empresas é europeia. Esta situação configura uma oportunidade para um diferente modelo de desenvolvimento. Acreditamos que os cidadãos merecem guiar a inovação e desfrutar dos seus benefícios.

ii. Propomos um Fundo Europeu de Inovação (FEI) que invista e adquira participações em novos negócios. O setor público desempenhou sempre um papel central no progresso tecnológico, desde a medicina até à tecnologia digital. O FEI expandirá este investimento em duas direções. Primeiro, aumentará o investimento em investigação e desenvolvimento em áreas como a energia, a medicina e os transportes. Trará ainda financiamento para projetos de pequena escala para apoiar a inovação de base popular. Ao participar dos capitais destes negócios, o FEI contribuirá para o Dividendo Cidadão Universal, socializando os benefícios do progresso tecnológico.